



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2025

PROVA OBJETIVA – (TARDE)

ANALISTA LEGISLATIVO - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO EM CONTABILIDADE

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Leia com atenção o seguinte texto, retirado do Livro dos Erros, organizado por Mário Goulart:

“Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor. Quando foi buscar a obra no dia seguinte, Di tinha vendido. Chateaubriand escolheu então outro quadro”, Mulheres de Pescadores, que recebia as últimas pinceladas. Mas, dessa vez, precaveu-se: - Esse vai secar lá em casa.”

Assinale a afirmativa correta obre os nomes próprios empregados nesse pequeno texto.

- (A) Virginie Leite é identificada por sua profissão, jornalista, para dar mais credibilidade ao narrado.
- (B) Gilberto Chateaubriand não recebe inicialmente qualquer identificação, pois sua identidade é revelada na continuidade do texto.
- (C) A primeira menção do nome do pintor é feita da forma pela qual o artista é mais conhecido.
- (D) A segunda menção do nome do pintor foi reduzida a “Di”, forma inadequada em função da formalidade do texto.
- (E) Na segunda menção do nome do comprador, foi empregada a forma Chateaubriand, forma adequada, já que nomes de homens são sempre abreviados pelo sobrenome.

2

Observe este segmento:

“Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor.”

Nesse trecho, aparece um galicismo, ou seja, uma palavra de origem francesa presente na língua portuguesa: atelier.

Entre as frases abaixo, aquela que mostra um galicismo com seu equivalente em língua portuguesa, corretamente indicado, é:

- (A) O cinema apresentava naquela semana a *avant-première* do filme mais moderno de Walt Disney. / primeira versão.
- (B) Como exigia a moda da época, o cavalheiro trazia em seus braços um bouquet de flores. / a caixa.
- (C) O cliente do restaurante sempre solicitava que retirassem do arroz o champignon. / a pimenta.
- (D) Os funcionários eram obrigados a usar crachat colocado em volta do pescoço. / cartaz.
- (E) Os restaurantes são obrigados a deixar um menu na porta de entrada para consulta dos clientes. / cardápio.

3

A coesão é uma das marcas da textualidade e pode ser construída por meio de diferentes processos.

Em todas as opções abaixo, há um termo sublinhado que é referido na continuidade do texto. A opção, em que o processo de coesão está corretamente identificado, é:

- (A) “Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor.” / substituição por um pronome demonstrativo.
- (B) “Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor.” / substituição por um termo sinônimo.
- (C) “Quando foi buscar a obra no dia seguinte, Di tinha vendido.” / omissão por elipse.
- (D) “Chateaubriand escolheu então outro quadro, Mulheres de Pescadores, que recebia as últimas pinceladas.” / substituição por pronome indefinido.
- (E) “Chateaubriand escolheu então outro quadro, Mulheres de Pescadores. Mas dessa vez, precaveu-se: - Esse vai secar lá em casa.” / substituição por advérbio.

4

O verbo *agradecer* é geralmente empregado com objeto direto de coisa e objeto indireto de pessoa.

Assinale a frase abaixo em que esse verbo mostra uma regência diferente dessa.

- (A) As pessoas agradeciam-lhe a simpatia e o obséquio.
- (B) Quando chegaram, os demais convidados agradeceram-lhes os elogios.
- (C) Ouvimos missa na catedral; ao levantar a Deus, agradecia a vida e a saúde de meu filho.
- (D) Os candidatos eleitos agradeceram aos eleitores todos os votos recebidos.
- (E) Os feirantes agradeceram os fregueses por todas as compras feitas.

5

A frase abaixo, retirada de obras machadianas, com maior número de adjetivos é:

- (A) “Carlos Maria achava os homens declamadores, grosseiros, cansativos, pesados, frívolos, chulos, triviais.” (Quincas Borba)
- (B) “Duas tristes luzes alumiam aquela pequena sala.” (Helena)
- (C) “As roupas eram rafadas; o chapéu velho que lhe cobria a cabeça tinha já uma cor inverossímil.” (Helena)
- (D) “Luís Garcia tinha o costume de guar tudo, cartas, exemplares de jornais em que havia alguma coisa de interesse, apontamentos, simples cópias.” (Iaiá Garcia)
- (E) Quincas Borba mal podia encobrir a satisfação do triunfo. Tinha uma asa de frango no prato e trincava-a com filosófica serenidade.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas)

6

A frase abaixo, retirada do romance *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, que mostra uma troca indevida entre *acidente* e *incidente*, é:

- (A) “Não procuravam as suas relações, nem ele as de ninguém, e, apesar das vaias e das repetidas pilhérias dos colegas, teria passado tranquilamente os primeiros dias da sua nova existência, se um incidente desagradável não o viesse perturbar.”
- (B) “Amavam-se brutalmente, e ambos sabiam disso. Esse amor irracional e empírico carregara-se muito mais, de parte a parte, com o trágico incidente da viagem, em que ele fora vítima.”
- (C) “Chegaram sem o menor incidente ao destino que levaram.”
- (D) “Coruja resignou-se, sem um gesto de contrariedade e não falou a ninguém sobre esse incidente, nem mesmo ao amigo.”
- (E) “E às quatro da tarde, sem nenhum outro incidente desagradável, voltavam à fazenda, trazendo consigo o tal Hipólito, que parecia embirrar com o Coruja ainda mais do que a própria noiva.”

7

Dentre as frases a seguir, retiradas do romance *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, assinale aquela em que o acento grave indicativo da crase foi corretamente usado.

- (A) “... mas caiu logo em si, lembrando-se de que já se fazia tarde e naquele dia, distraído com a morte do amigo, descuidara-se da gente que tinha à sua conta.”
- (B) “Nunca fazia à ninguém interrogação de espécie alguma, e, certo dia perguntando-lhe o padre se ele o estimava, o menino sacudiu com a cabeça, negativamente.”
- (C) “Mas, no íntimo, abominava o pupilo; mil vezes preferia não o ter à seu lado; suportava-o, sabia Deus como! como quem suporta uma obrigação inevitável e aborrecida.”
- (D) “E cada vez detestava mais o pequeno; afinal era já um ódio violento, uma antipatia especial, que se manifestava à todo o instante...”
- (E) “- Ora, que mono fora ele descobrir!... dizia de si para si, à contemplar o rapaz por cima dos óculos.”

8

Entre as palavras sublinhadas nas frases abaixo, aquela em que o U (em QUE ou QUI) deve ser pronunciado, é:

- (A) Ser ou não ser: eis a questão. (Shakespeare)
- (B) Quem abre o coração à ambição, fecha-o à tranquilidade. (provérbio chinês)
- (C) Cada ideologia tem a inquisição que merece. (Millôr Fernandes)
- (D) Antes dele, outros quatro chefes de polícia saíram da instituição, responsável por um inquérito interno sobre o caso que começou em 2007 com a denúncia de uma vítima, mas que foi arquivado sem chegar a nenhuma conclusão. (FSP-26/06/2009)
- (E) Descubra a Europa sobre trilhos Segóvia exhibe aqueduto romano bem conservado Biarritz combina surfe, glamour e bons restaurantes. (FSP-18/10/2012)

9

Entre as palavras sublinhadas nas frases abaixo, propositalmente grafadas sem acentos, aquela que deve ser pronunciada como paroxítona, é:

- (A) A história do viúvo pu~~di~~co, que se apaixona por uma prostituta com vocação para amante e, graças às armações do irmão invejoso, acaba traído pelo filho e pela amada, traz as marcas inconfundíveis do autor, que a definia como "uma obsessão em três atos". (FSP-01/11/2012)
- (B) O valor do pagamento de benefícios da Previdência Social superou a arrecadação em julho e provocou um deficit de R\$ 3,09 bilhões. (FSP-19/08/2009)
- (C) Uma fábrica chinesa de iPhones, da Apple, informou que suspendeu o trabalho de funcionários, após um empregado ter cometido suicídio, aparentemente sob ameaça quando um prototipo foi perdido. (FSP-22/07/2009)
- (D) Qualquer violeta ou crisantemo de supermercado já ajuda. (FSP-26/07/2011)
- (E) Nesse interim, Colting vê seu livro ser traduzido para o húngaro e para o coreano --línguas em que jamais sonhara publicar. (FSP-11/12/2010)

10

Assinale o segmento textual a seguir que é classificado como de tipo textual publicitário.

- (A) As mulheres sofrem de ansiedade com mais frequência do que os homens: Especialistas revelam o porquê.
- (B) Enem em Sergipe: mais de 78 mil candidatos devem fazer provas de matemática e ciências da natureza.
- (C) Fundada em homenagem a Gregório Thaumaturgo de Azevedo, figura histórica da anexação do Acre ao Brasil, a cidade de Marechal Thaumaturgo é um retrato singular do Brasil profundo.
- (D) Estudo do Observatório Nacional da Violência contra Educadores traça cenário de desvalorização e violência enfrentados por docentes em instituições públicas e privadas no país.
- (E) O benefício que motiva, retém e alimenta resultados. Com Ticket Restaurante, sua empresa cuida de quem faz acontecer com menos custo e mais valor percebido.

11

Na pronúncia descuidada, muitas palavras são proferidas com eliminação ou troca de fonemas; em todas as opções abaixo, há palavras sublinhadas que mostram esse problema.

A única opção em que a palavra sublinhada mostra forma correta, é:

- (A) Para enterter as crianças durante o recesso escolar -- determinado pela Secretaria de Estado da Saúde em função da gripe A--, os apresentadores do "Cambalhota" também dão dicas de brincadeiras e atividades que podem ser realizadas dentro de casa. (FSP-05/08/2009)
- (B) Bistrô crepe de Paris Aqui, a raclette (prato com queijo suíço homônimo derretido) é acompanhada por batatas, tauba de frios, pães caseiros e molhos (R\$ 58, por pessoa). (FSP-17/07/2009)
- (C) O supérfluo dos ricos é propiedade dos pobres. (Santo Agostinho)
- (D) Outras 251 pessoas morreram ao atravessar regularmente a fronteira, principalmente por enfarte, disseram os pesquisadores. (FSP-12/08/2009)
- (E) Uma conduta irrepreensível consiste em manter cada um a sua dignidade sem perjudicar a liberdade alheia. (Voltaire)

12

Assinale o segmento textual abaixo que é classificado como de modo injuntivo.

- (A) O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu, neste domingo (16), um alerta de tempestade severa para municípios de quatro estados brasileiros — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.
- (B) Para os idosos, o conforto e a segurança são aspectos cruciais na escolha de um carro. O Fiat 500e, por exemplo, é um carro compacto que facilita manobras e estacionamento, equipado com sensores de estacionamento 360º para maior segurança ao dirigir.
- (C) A dinâmica do relacionamento pode ser complexa, mas o que dizemos e como falamos pode ter um grande impacto em como o nosso parceiro se sente.
- (D) André declarou: “Ganhei mais músculos nesse último mês do que nos últimos 3 anos de academia. Incrível! Queria ter descoberto isso antes.”
- (E) Sentir-se cansado após um dia longo ou depois de atividades físicas intensas é comum e geralmente normal

Raciocínio Lógico

13

Considere verdadeiras as afirmações:

- Todos os sapos são verdes.
- Nenhum animal verde vive na água.

É correto concluir que

- (A) alguns sapos vivem na água.
 (B) nenhum sapo vive na água.
 (C) nem todo sapo é verde.
 (D) todos os animais verdes são sapos.
 (E) todos os animais que não vivem na água não são verdes.

14

Sejam p e q duas proposições. Considere a sentença S dada por:
 $(p \rightarrow q) \leftrightarrow (\sim p \vee q)$ e a tabela verdade abaixo.

| p | q | S |
|-----|-----|-----|
| V | V | |
| V | F | |
| F | V | |
| F | F | |

Construindo a tabela verdade acima, os valores lógicos da sentença S (de cima para baixo) são:

- (A) V – V – V – V.
 (B) V – F – V – V.
 (C) V – V – V – F.
 (D) V – F – F – V.
 (E) V – F – V – F.

15

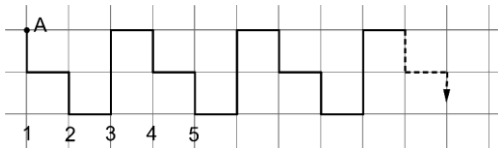
Cinco bolinhas iguais estão em uma caixa e cada uma delas contém uma letra diferente da sigla ALEGO.

Retirando ao acaso duas bolinhas da caixa em sequência e sem reposição, a probabilidade de que uma bolinha contenha uma vogal e a outra uma consoante é

- (A) 1/2.
 (B) 2/3.
 (C) 3/4.
 (D) 2/5.
 (E) 3/5.

16

Na faixa quadriculada abaixo, as linhas verticais estão numeradas da esquerda para a direita e o lado de cada quadrado mede 1 unidade.



Um objeto iniciou seu movimento no ponto A e andou sobre as linhas mais escuras do desenho mantendo o padrão visível na figura.

Após percorrer 2026 unidades o objeto estará na linha vertical de número

- (A) 867.
- (B) 868.
- (C) 869.
- (D) 870.
- (E) 871.

Noções de Informática

17

As opções a seguir apresentam características de formatação de parágrafo controladas pelas opções disponíveis na caixa de diálogo Parágrafo no MS Word 365 (BR), à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Recuo especial de primeira linha.
- (B) Alinhamento do texto (esquerda, centro, direita, justificado).
- (C) Espaçamento antes e depois do parágrafo.
- (D) Aplicar efeitos de texto como Sombra ou Contorno.
- (E) Espaçamento entre linhas do parágrafo (ex.: simples, 1.5).

18

A ALE-GO implementou um novo sistema de transmissão ao vivo das sessões plenárias. A equipe técnica precisa garantir que, durante o pico de acesso, pelo menos 1.000 cidadãos possam assistir simultaneamente a uma transmissão que requer 4 Mbps de banda por usuário para qualidade HD.

A largura de banda mínima necessária no servidor de *streaming* para atender à demanda simultânea deve ser de

- (A) 4 Gbps.
- (B) 40 Mbps.
- (C) 400 Mbps.
- (D) 4.000 Mbps.
- (E) 40 Gbps.

19

O setor de Protocolo da ALE-GO utiliza um formulário digital para recebimento de documentos externos. O formulário foi criado no Word e possui os seguintes controles:

- Campo de texto para número do protocolo
- Lista suspensa com tipos documentais
- Caixas de seleção para prioridade
- Campo de data com calendário pop-up
- Blocos de texto apenas para leitura com instruções

Para proteger o formulário, permitindo que os usuários preencham apenas os campos editáveis sem alterar a estrutura ou conteúdo fixo, deve-se adotar a seguinte configuração correta de proteção:

- (A) Senha para abrir + Senha para modificar
- (B) Marcar como Final + Restringir Edição → Somente leitura
- (C) Restringir Edição → Somente preenchimento de formulários + Senha
- (D) Controle de Alterações + Exigir autenticação
- (E) Inserir Assinatura Digital + Proteger com senha

20

O departamento jurídico da ALE-GO recebeu um novo computador com Windows 11. O chefe do setor precisa personalizar o sistema para:

- Ajustar configurações de privacidade;
- Configurar múltiplos monitores;
- Personalizar a barra de tarefas;
- Gerenciar contas de usuário;
- Configurar opções de energia.

O Windows 11 (BR) consolida todas essas configurações em uma interface moderna e unificada no

- (A) Painel de Controle clássico.
- (B) Configurações do Windows.
- (C) Gerenciador de Dispositivos.
- (D) Painel de Navegação do Explorador.
- (E) Centro de Ações.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás

21

O período de maior intensidade do Ciclo do Ouro em Goiás ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, quando a região se tornou um importante centro de mineração no Brasil colonial. A descoberta de grandes depósitos de ouro atraiu trabalhadores, comerciantes e aventureiros, estimulando o crescimento de assentamentos na região.

Assinale a opção que apresenta corretamente os impactos da mineração na ocupação de Goiás durante o auge do ciclo do ouro.

- (A) A técnica de perfuração permitiu uma exploração intensa e prolongada das lavras, o que evitou seu esgotamento e favoreceu o assentamento de uma população permanente.
- (B) O uso predominante da mão de obra indígena, valorizada por suas habilidades específicas na mineração, contribuiu para o crescimento da população nativa na região.
- (C) A extração do ouro de aluvião exigiu a presença de especialistas e tecnologia avançada na região, o que deu origem a um polo industrial local.
- (D) O uso do mercúrio na mineração facilitou a extração do ouro, o que tornou a atividade mais produtiva e atraiu trabalhadores, resultando no surgimento de vilas e arraiais.
- (E) A mineração de morro tornou a agropecuária a principal atividade econômica da região, voltada à criação de animais de tração, o que resultou no assentamento da população.

22

Leia o trecho a seguir.

O bandeirismo no período colonial deu origem a democracia brasileira, graças a mobilidade externa que conseguiu uma geografia antitotalitária; hierarquização do negro e do índio, que foram deslocados do comunismo tribal para a área social em que operavam os bandeirantes; absorção de grupos étnicos através da assimilação de seus elementos; desfeudalização dos engenhos. O objetivo era incrementar o povoamento. O “Projeto Rondon”, hoje em pleno desenvolvimento, completa o bandeirismo. Portanto, o bandeirismo como foi praticado pelos paulistas durante três séculos pertence, naturalmente, a História. Até hoje existe uma “personalidade bandeirante” na sociedade brasileira. Quando se fala em “Estado bandeirante”, já se sabe qual é; “povo bandeirante”, também. Mas “bandeirar”, hoje em dia, é imposição do Brasil inteiro, que atende ao seu “imperialismo interno” e depende, muito ainda, da aventura criadora tradicional do período colonial.

Adaptado de: RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 4 edição, 1970, pp. xxxi – xxxix.

O trecho, de Cassiano Ricardo, ideólogo do Estado Novo e publicado em 1940, serviu de base para a política de “Marcha para o Oeste” do governo Vargas.

Com base na sua leitura, é correto afirmar que a imagem do bandeirismo do período colonial brasileiro foi usada pelo governo Vargas como símbolo de

- (A) decadência, ao destacar o período colonial como atrasado, em consonância com o projeto modernizador e de desenvolvimento do Estado Novo para a superação desse passado.
- (B) expansão territorial, ao destacar a ampliação do espaço geográfico e a ocupação do interior do país, em consonância com os projetos do Estado Novo de integração do território nacional.
- (C) heroísmo, ao destacar o extermínio dos povos nativos pelos bandeirantes como elemento positivo, em consonância com o projeto do Estado Novo de conquista e integração das populações indígenas ao Estado brasileiro.
- (D) mobilidade social, ao destacar a participação igualitária dos grupos sociais na sociedade brasileira, em consonância com o ideal de democracia racial defendido pelo Estado Novo.
- (E) valentia, ao destacar a atuação dos bandeirantes europeus na ocupação do território nacional, em consonância com a busca do Estado Novo por modelos estrangeiros para a construção da identidade nacional.

23

O Cerrado em Goiás, um dos biomas mais ricos em biodiversidade do Brasil, vem sofrendo intensa devastação nos últimos anos, com grande parte de sua vegetação nativa sendo destruída, o que ameaça diversas espécies de fauna e flora e compromete a qualidade da água e do solo.

As opções a seguir descrevem corretamente fatores que explicam a devastação do cerrado goiano, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A construção de rodovias e estrada fragmenta o Cerrado e compromete a biodiversidade e os recursos naturais da região.
- (B) O crescimento desordenado de cidades e vilarejos, ocupando áreas do Cerrado, leva à destruição da vegetação e ao aumento da pressão sobre os recursos naturais da região.
- (C) A expansão da agricultura e da pecuária em larga escala contribui para a destruição da vegetação nativa e a degradação do solo no Cerrado.
- (D) O uso frequente do fogo para preparar o solo, aliado à inexistência de bacias hidrográficas no Cerrado, favorece a ocorrência de incêndios fora de controle.
- (E) A introdução de espécies exóticas, ao competir com a flora nativa, dificulta a regeneração natural do Cerrado e provoca alterações em seus ecossistemas.

24

Em 2023, foi sancionada a Lei Complementar nº 181, que cria a Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME). A legislação prevê a realização de ações integradas entre os governos de Goiás, do Distrito Federal e da União. Fazem parte da RME os seguintes municípios: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Assinale a opção que apresenta corretamente os objetivos da criação da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME).

- (A) Controlar o crescimento populacional na região, a fim de reduzir os problemas socioeconômicos decorrentes da expansão urbana.
- (B) Estruturar a administração de Goiás segundo as demandas do Distrito Federal, de modo a articular políticas públicas que atendam às prioridades da capital.
- (C) Garantir a proteção dos recursos e do desenvolvimento da região, que se destaca positivamente nos indicadores sociais em comparação às demais localidades do estado de Goiás.
- (D) Incentivar o desenvolvimento dos municípios goianos geograficamente distantes do Distrito Federal por meio de estruturas conjuntas de gestão.
- (E) Promover soluções integradas na região, com planejamento e implementação de serviços públicos essenciais e infraestrutura de interesse comum.

Legislação do Estado de Goiás

25

Com base na Resolução nº 1.073/2001, avalie se ao servidor é proibido, entre outras ações:

- I. Referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração da Assembleia Legislativa, ou censurá-los pela imprensa ou qualquer outro órgão de divulgação pública, podendo, porém, criticá-los, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço.
- II. Valer-se do cargo ou função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública.
- III. Coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza partidária.
- IV. Participar, de fato e de direito, de gerência ou administração de sociedade empresária, ainda que unipessoal, personificada ou não, bem como atuar como empresário durante a jornada de trabalho, mediante o exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços, na caracterização determinada na legislação civil e observadas as exceções ali constantes.

São efetivamente proibidas ao servidor as ações

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

26

De acordo com a Resolução nº 1.073/2001, o conjunto de atribuições agrupadas, pela espécie de atividade e pela especialização exigível ao seu desempenho, é denominado

- (A) classe.
- (B) grupo.
- (C) categoria funcional.
- (D) cargo.
- (E) padrão.

27

O Art. 10 da Resolução 1.073/2001 estabelece que os cargos de provimento em comissão se destinam a atender a encargos de Direção, Chefia, Assessoramento Superior e Intermediário e Função Especial de Confiança e são providos mediante ato do Presidente, podendo recair em servidor público efetivo, inclusive inativo, ou mesmo em pessoa estranha ao serviço público, observados os requisitos necessários, inclusive a habilitação profissional para a respectiva investidura.

Em relação ao tema, avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão, com nível de Direção e Chefia, serão preenchidos por servidor efetivo da Assembleia Legislativa, com observância do critério de confiança.
- II. Recaindo a nomeação em servidor público, esse optará pelo vencimento do cargo em comissão ou pela percepção da remuneração de seu cargo efetivo, sendo, em qualquer hipótese, acrescido de uma gratificação correspondente ao valor fixado para a do cargo em comissão.
- III. O servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão e de função especial de confiança, é segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, na qualidade de empregado.
- IV. O inativo provido em cargo em comissão ou função especial de confiança perceberá, integralmente, o vencimento e a gratificação para esses fixados, cumulativamente com o respectivo provento, desde que obedecido o teto constitucional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

28

O Art. 56 da Resolução 1.073/2001 dispõe que, cumprido satisfatoriamente o estágio probatório, o servidor detentor de cargo efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

Em relação ao tema, avalie se o servidor público estável perderá o cargo nas seguintes hipóteses:

- I. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- II. Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- III. Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, nos termos de regulamento próprio, assegurada ampla defesa.
- IV. Se for extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Conhecimentos Específicos Direito Constitucional

29

A rede de telecomunicação *Alfa*, com forte representatividade e capilaridade, vem publicando uma série de reportagens para demonstrar que a população almeja ser consultada diretamente sobre os assuntos de relevância nacional, por meio de plebiscitos. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que convocar plebiscito é uma competência

- (A) comum entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo.
- (B) privativa da Câmara dos Deputados.
- (C) exclusiva do Congresso Nacional.
- (D) privativa do Poder Executivo.
- (E) exclusiva do Senado Federal.

30

Lucas, candidato ao cargo de Deputado Federal, defendeu, durante a sua campanha eleitoral, a necessidade de se proceder a mudanças no texto constitucional, com o objetivo de alterar a forma federativa de Estado, bem como o voto secreto.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que as bandeiras de Lucas

- (A) podem prosperar em parte, pois não há qualquer vedação na deliberação de proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado. Contudo, não se admite qualquer discussão que busque alterar o caráter secreto do voto.
- (B) podem prosperar em parte, pois não há qualquer vedação na deliberação de proposta de emenda tendente a abolir o voto secreto. Contudo, não se admite qualquer discussão que busque alterar a forma federativa de Estado.
- (C) não podem prosperar, pois não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado ou o voto secreto, salvo se realizado referido constitucional em sentido contrário.
- (D) podem prosperar, pois não há qualquer vedação na deliberação de proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado ou o voto secreto.
- (E) não podem prosperar, pois não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado ou o voto secreto.

31

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, Mário, brasileiro naturalizado, foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de extorsão mediante sequestro, de natureza hedionda. Em seguida, as autoridades brasileiras competentes o extraditaram para um determinado país no exterior. Registre-se, por fim, que a conduta delitiva foi praticada por Mário após o encerramento do seu processo de naturalização.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que as autoridades brasileiras agiram

- (A) incorretamente, pois a Constituição Federal só admite a extradição do brasileiro naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (B) incorretamente, pois a Constituição Federal só admite a extradição do brasileiro naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em crimes hediondos, na forma da lei complementar.
- (C) acertadamente, pois a Constituição Federal admite a extradição de brasileiros naturalizados, em caso de condenação definitiva pela prática de crime hediondo.
- (D) acertadamente, pois a Constituição Federal admite a extradição de brasileiros, natos ou naturalizados, em caso de condenação definitiva pela prática de crime hediondo.
- (E) acertadamente, pois a Constituição Federal admite a extradição de brasileiros naturalizados.

32

Jorge, interessado em ocupar um cargo público no âmbito do Poder Público, resolveu estudar as normas constitucionais que versam sobre a matéria, tomando conhecimento de que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser reintegrado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, fazendo jus à remuneração deste.
- II. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- III. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, poderão realizar, periodicamente, avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei complementar.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III,

33

Após meses de negociações infrutíferas, surgiu complexo conflito entre o Estado *Alfa* e o Estado *Beta*, dando ensejo à propositura de uma demanda em juízo, para a resolução do litígio apresentado.

Assim, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que caberá ao

- (A) Tribunal de Justiça do Estado *Alfa* ou ao Tribunal de Justiça do Estado *Beta* processar e julgar, em sede recursal, a demanda, por prevenção.
- (B) Tribunal de Justiça do Estado *Alfa* ou ao Tribunal de Justiça do Estado *Beta* processar e julgar, originariamente, a demanda, por prevenção.
- (C) Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, a demanda.
- (D) Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, em sede recursal, a demanda.
- (E) Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a demanda.

34

A sociedade empresária *Alfa* demonstrou interesse em prestar serviços de comunicação social no Brasil. Dessa forma, os dirigentes da referida entidade estudaram a matéria, constatando que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, três quintos do Congresso Nacional, em votação secreta.
- II. O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
- III. O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Administrativo

35

Após o devido processo licitatório, a sociedade empresária *Alfa* celebrou contrato administrativo com o Estado *Beta*. Registre-se, contudo, que, durante a execução, o contrato foi extinto, por meio de um ato unilateral e escrito da Administração. Irresignada com a situação posta, a entidade privada contratada procurou o auxílio de especialistas na matéria, para entender os direitos que possui. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, em face da extinção do contrato administrativo,

- (A) caberá recurso, no prazo de cinco dias, desde que a contratada demonstre que suportou grave prejuízo com a efetivação da medida.
- (B) não caberá recurso, já que a Administração Pública fez uso de uma cláusula exorbitante aplicável ao contrato administrativo.
- (C) não caberá recurso, à exceção do pedido de reconsideração, no prazo de três dias úteis.
- (D) não caberá recurso, por se tratar de um direito potestativo da Administração Pública.
- (E) caberá recurso, no prazo de três dias úteis.

36

Com o objetivo de ser qualificada como organização social (OS) e, por consequência, estar apta a celebrar contratos de gestão com o Poder Público, a associação privada *Alfa* passou a adotar todas as providências legais cabíveis, alterando, na forma da lei, o seu ato constitutivo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.637/1998, para que a entidade privada *Alfa* seja qualificada como organização social, o seu ato constitutivo deverá dispor sobre a

- (A) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.
- (B) possibilidade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das suas atividades ou de distribuição dos excedentes em benefício dos associados, de forma fundamentada.
- (C) previsão expressa de a entidade ter, além de um órgão colegiado de deliberação superior, um conselho fiscal, composto por cinco membros.
- (D) obrigatoriedade de publicação semestral, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.
- (E) vedação à participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público.

37

Henrique, servidor público no Estado *Alfa*, de forma dolosa, concedeu benefício fiscal à sociedade empresária *Beta*, sem a observância das formalidades legais aplicáveis à espécie, causando prejuízo ao ente público. Os fatos foram comunicados ao Ministério Público, que estudou a possibilidade de requerer, em juízo, a indisponibilidade dos bens do referido agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o valor da indisponibilidade considerará

- (A) a estimativa de dano e o valor da multa, indicados na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do juiz.
- (B) a estimativa de dano indicada pelo ente público lesado, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do juiz.
- (C) a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu.
- (D) o valor da multa indicado pelo ente público lesado, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu.
- (E) o valor da multa indicado na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do juiz.

38

João ingressou com processo administrativo junto à Administração Pública do Estado de Goiás. Após a observância das formalidades legais, foi proferida decisão contrária aos interesses do administrativo. Irresignado, João recorreu da decisão, mas acabou por interpor o recurso perante autoridade incompetente na esfera administrativa.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 13.800/2001, é correto afirmar que o recurso interposto por João

- (A) não será conhecido, mas indicar-se-á ao recorrente a autoridade competente para futuras impugnações, vedada a devolução do prazo para recurso.
- (B) não será conhecido, mas indicar-se-á ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- (C) será conhecido e, no mérito, julgado improcedente, em razão da oposição perante autoridade incompetente.
- (D) será conhecido e, no mérito, julgado prejudicado, em razão da oposição perante autoridade incompetente.
- (E) não será conhecido, vedada a devolução do prazo para recurso.

39

O Prefeito do Município *Alfa*, no âmbito do Estado *Beta*, solicitou à sua equipe jurídica a confecção de parecer dos contornos da legislação que versa sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que o Município *Alfa* poderá atuar como poder concedente, celebrando contratos administrativos de

- (A) concessão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências. Contudo, as permissões de serviços públicos só podem ser pactuadas com a União ou com os Estados.
- (B) concessão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências. Contudo, as permissões de serviços públicos só podem ser pactuadas com os Estados.
- (C) concessão ou de permissão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências, desde que haja a concordância do Estado *Beta*.
- (D) concessão ou de permissão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências, desde que haja a concordância da União.
- (E) concessão ou de permissão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências.

40

Lucas, Prefeito do Município *Charlie*, pretende, por meio da descentralização administrativa, criar pessoas jurídicas que integrarão a Administração Indireta do referido ente federativo. Busca-se, em síntese, a instituição de uma autarquia, de uma empresa pública, de uma sociedade de economia mista e de uma fundação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) exige-se lei específica para autorizar a criação da autarquia, da empresa pública e da sociedade de economia mista. A fundação, por outro lado, pode ser criada por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo.
- (B) a autarquia deve ser criada por meio de uma lei específica. Por sua vez, exige-se lei específica para autorizar a criação da empresa pública, da sociedade de economia mista e da fundação.
- (C) a empresa pública e a sociedade de economia mista devem ser criadas por meio de uma lei específica. Por sua vez, exige-se lei específica para autorizar a criação da autarquia e da fundação.
- (D) a autarquia, a empresa pública, a sociedade de economia mista e a fundação devem ser criadas por meio de leis específicas.
- (E) exige-se lei específica para autorizar a criação da autarquia, da empresa pública, da sociedade de economia mista e da fundação.

Analista de Controle Externo em Contabilidade

41

De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) são reconhecidas no período em que

- (A) há entrada e saída de caixa.
- (B) acontece o seu fato gerador.
- (C) ocorre a aprovação orçamentária.
- (D) emite-se o documento comprobatório.
- (E) há aprovação dos órgãos de controle interno.

42

Uma universidade do setor público aluga equipamentos de informática a seus alunos. Os equipamentos são alugados a alunos do curso de graduação durante cinco e, em seguida, doados a entidades beneficentes.

Em 01/01/2025, a universidade adquiriu equipamentos por R\$ 40.000.

Assinale a opção que indica o reconhecimento destes equipamentos no Balanço Patrimonial da universidade, em 31/12/2025, considerando que ela reconhece o uso dos ativos de modo linear

- (A) R\$ 32.000 em Investimentos.
- (B) R\$ 32.000 em Ativo imobilizado.
- (C) R\$ 40.000 em Investimentos.
- (D) R\$ 40.000 em Ativo realizável a longo prazo.
- (E) R\$ 8.000 em Ativo circulante e R\$ 24.000 em realizável a longo prazo.

43

Um Município apresentou, em seu Balanço Financeiro, um resultado financeiro positivo de R\$ 400.000.

Ao analisar o Balanço Financeiro, um analista afirmou que, para obter uma conclusão em relação ao desempenho da gestão financeira do Município, precisaria de mais informações, como o Balanço Patrimonial e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

O analista está

- (A) correto, uma vez que a variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom ou de mau desempenho da gestão financeira.
- (B) correto, uma vez que o Balanço Financeiro não é uma demonstração obrigatória e deve ser complementada por outras, exigidas pelas normas internacionais.
- (C) incorreto, uma vez que a variação positiva na disponibilidade permite assegurar que os gestores foram eficientes na administração dos recursos econômicos a eles conferidos.
- (D) incorreto, uma vez que variação positiva na disponibilidade do período é suficiente para demonstrar bom desempenho na gestão financeira, já que o saldo para o exercício seguinte é maior do que o do exercício anterior.
- (E) incorreto, uma vez que a variação positiva na disponibilidade do período é suficiente para demonstrar um desempenho ruim na gestão financeira, já que há elevação do endividamento público.

44

Um Município apresenta as suas demonstrações contábeis consolidadas incluindo a entidade X, que é sua controlada.

Em dezembro de 2025, a entidade X vendeu para o Município um terreno, que tinha valor contábil de R\$ 100.000, por R\$ 120.000.

O Município iniciou uma obra no terreno para utilizá-lo como Câmara de Vereadores. É esperado que a obra seja concluída em 18 meses.

No momento da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, o terreno é apresentado em

- (A) investimentos, por R\$ 100.000.
- (B) ativo imobilizado, por R\$ 100.000.
- (C) investimentos, por R\$ 120.000.
- (D) ativo imobilizado, por R\$ 120.000.
- (E) ativo realizável a longo prazo, por R\$ 100.000.

45

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência da gestão fiscal será assegurada mediante o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de

- (A) elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- (B) planejamento e definição de objetivos, metas e prioridades orçamentárias.
- (C) arrecadação das receitas e empenho, liquidação e pagamento das despesas.
- (D) controle presencial e fiscalização da execução orçamentária e financeira.
- (E) avaliação do controle interno e externo.

46

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados para atender

- (A) a qualquer objeto, desde que no exercício que ocorre o ingresso.
- (B) ao objeto de sua vinculação, apenas, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- (C) ao objeto de sua vinculação, apenas, somente no exercício que ocorre o ingresso.
- (D) prioritariamente ao objeto de sua vinculação e, posteriormente, aos outros objetos, em qualquer exercício.
- (E) prioritariamente ao objeto de sua vinculação e, posteriormente, a outros objetos, desde que no exercício que ocorre o ingresso.

47

De acordo com a Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Nesse sentido, deverão prestar contas as pessoas que se enquadram nas opções a seguir, **com exceção de**

- (A) físicas e jurídicas.
- (B) públicas e privadas.
- (C) brasileiras e estrangeiras.
- (D) que utilizam e guardam bens.
- (E) que arrecadam e gerenciam valores públicos.

48

Com relação a proposições legislativas, analise o que se afirma a seguir

- I. criação de despesa obrigatória
- II. alteração de despesa obrigatória
- III. renúncia de receita

De acordo com a Constituição Federal, em geral, deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, a proposição legislativa que inclua o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

49

Em 31/12/2025, uma entidade apresentou lucro de R\$ 180.000.

Um analista desejava obter informações sobre a parcela do lucro que seria reinvestida na entidade, suas apropriações e distribuições.

Para isso, é necessário analisar a seguinte demonstração

- (A) Balanço Patrimonial.
- (B) Demonstração do Resultado.
- (C) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (D) Demonstração do Valor Adicionado.
- (E) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

50

Uma entidade possuía um terreno que era utilizado como um estacionamento por seus funcionários, cujo valor contábil era de R\$ 98.000.

Em 01/12/2025, ela divulgou aos funcionários que estes iriam começar a trabalhar de modo remoto, a partir de 01/07/2026.

Deste modo, colocou o terreno à venda, por R\$ 100.000. Na data, o nível hierárquico de gestão apropriado estava comprometido com o plano de venda do terreno e iniciou um programa firme para localizar um comprador. No entanto, só deverá concluir a venda quando os funcionários estiverem trabalhando de modo remoto, no segundo semestre de 2026.

Em 31/12/2025, foi estimado que o valor justo menos as despesas de venda do terreno era de R\$ 110.000.

Assinale a opção que indica a classificação do terreno no Balanço Patrimonial da entidade, em 31/12/2025

- (A) R\$ 98.000 no Ativo imobilizado.
- (B) R\$ 110.000 no Ativo Imobilizado.
- (C) R\$ 98.000 em Ativo não Circulante Mantido para a Venda.
- (D) R\$ 100.000 em Ativo não Circulante Mantido para a Venda.
- (E) R\$ 110.000 em Ativo não Circulante Mantido para a Venda.

51

Uma concessionária de veículos vende veículos novos e usados. Além disso, deprecia os seus ativos imobilizados de acordo com a método da linha reta, utilizando para os veículos vida útil de cinco anos.

Em 31/12/2024, ela apresentava os seguintes veículos em seu Balanço Patrimonial:

- Veículos utilizados para testes de clientes: R\$ 80.000.
- Veículos utilizados por seus diretores: R\$ 120.000
- Veículos usados à venda: R\$ 400.000
- Veículos novos à venda: R\$ 800.000

Assinale a opção que indica a despesa de depreciação em 31/12/2025

- (A) R\$ 16.000.
- (B) R\$ 24.000.
- (C) R\$ 40.000.
- (D) R\$ 120.000.
- (E) R\$ 280.000.

52

Uma entidade de pequeno porte oferecia serviços de consultoria e de auditoria. Por ter um número limitado de empregados, a entidade possuía um cliente para cada tipo de serviço. Em 2025, os seus custos foram os seguintes:

- Aluguel do escritório: R\$ 100.000
- Equipe de auditoria: R\$ 240.000
- Equipe de consultoria: R\$ 280.000
- Empregados administrativos e de suporte: R\$ 300.000.

No ano, os custos que demandavam rateio apresentavam o seguinte total:

- (A) R\$ 100.000.
- (B) R\$ 300.000.
- (C) R\$ 400.000.
- (D) R\$ 520.000.
- (E) R\$ 820.000.

53

Com relação aos métodos de custeio em uma entidade do setor público, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () No método de custeio variável, somente são atribuídos aos bens e serviços produzidos os custos que variam de forma proporcional ao volume das atividades desenvolvidas pelo órgão ou entidade, sejam eles diretos ou indiretos.
- () No método de custeio por absorção, há a atribuição dos custos diretos e indiretos, fixos ou variáveis. A atribuição dos custos indiretos é realizada mediante direcionadores de custos ou bases de rateio razoáveis e consistentes.
- () O custeio por absorção se divide em custeio por absorção parcial e absorção integral, ou pleno. A diferença central entre essas modalidades está na alocação dos custos diretos, visto que ambas incluem a apropriação de todos os custos indiretos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
(B) V – V – F.
(C) V – F – V.
(D) F – V – V.
(E) V – F – F.

54

Uma entidade do setor público utiliza o método de custeio ABC. Deste modo, inicialmente atribui os custos às atividades para, depois, atribuí-los ao objeto de custo final.

Nos dois estágios, a alocação

- (A) deve ser direta.
(B) deve ser indireta.
(C) pode ser direta ou indireta.
(D) pode ser direta ou indireta na atribuição às atividades, mas deve ser direta na atribuição ao objeto de custo.
(E) deve ser indireta na atribuição às atividades, mas deve ser direta na atribuição ao objeto de custo.

55

De acordo com a NBC TSP 34– Custos no Setor Público, na comparabilidade entre entidades ou entre suas unidades, é necessário que a entidade responsável por estabelecer a análise comparativa aplique modelo de gerenciamento de custos padronizado em suas entidades ou unidades vinculadas, para garantir a qualidade da análise.

Deste modo é recomendável que quando a comparação incidir sobre a mensuração do objeto de custo final, que se adote o custeio

- (A) padrão.
(B) variável.
(C) por processo.
(D) por absorção integral.
(E) baseado em atividades.

56

De acordo com a Constituição Federal e com a Constituição do Estado de Goiás, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Em relação a suas finalidades, analise o que se afirma a seguir

- I. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
- II. Executar as metas previstas no plano plurianual e nos programas de governo e nos orçamentos do Estado.
- III. Oferecer mecanismos para o cumprimento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual.

Entre as finalidades do sistema de controle interno está o que se afirma em

- (A) I, somente.
(B) I e II, somente.
(C) I e III, somente.
(D) II e III, somente.
(E) I, II e III.

57

Os responsáveis pelo controle interno tomaram conhecimento de uma irregularidade.

De acordo com a Constituição Federal e com a Constituição do Estado de Goiás, eles devem dar ciência ao

- (A) Poder Judiciário, sob pena de responsabilidade integral.
(B) Poder Judiciário, sob pena de responsabilidade solidária.
(C) Poder Legislativo, sob pena de responsabilidade integral.
(D) Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
(E) Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade integral.

58

A Constituição Federal institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais, mediante a entrega de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal para realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura, entre outros.

Os recursos envolvidos são entregues aos Estados e ao Distrito Federal de acordo com coeficientes individuais de participação, calculados com base em indicadores e pesos pré definidos.

Nesse sentido, a Constituição Federal determina que o Tribunal de Contas da União é o responsável por

- (A) cobrar e fiscalizar o pagamento dos valores devidos por cada ente.
(B) verificar e auditar a utilização do montante recebido por cada projeto.
(C) regulamentar e calcular os coeficientes individuais de participação.
(D) apoiar os Estados e o Distrito Federal perante as suas decisões relacionadas ao fundo.
(E) pesquisar e atualizar regularmente a participação dos coeficientes individuais de participação.

59

De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, no que se refere à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida, mediante controle externo, pelo(a)

- (A) Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- (B) Assembleia Legislativa, com o auxílio do sistema de controle externo de cada poder.
- (C) Tribunal de Contas do Estado, com o auxílio do Tribunal de Contas de cada município.
- (D) Sistema de controle externo de cada poder, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- (E) Tribunal de Contas do Estado, com o auxílio do sistema de controle externo de cada poder.

60

De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, ao Tribunal de Contas do Estado compete apreciar as contas prestadas pelo Governador, mediante parecer prévio, e apreciar e julgar as contas do Tribunal de Contas dos Municípios.

As contas prestadas pelo Governador e as contas do Tribunal de Contas dos Municípios são referentes, respectivamente, a

- (A) um ano e um ano.
- (B) um triênio e um ano.
- (C) um triênio e um triênio.
- (D) um ano e um trimestre.
- (E) um trimestre e um trimestre.

61

Com relação ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, analise os grupos a seguir:

- I. partidos políticos;
- II. associações ou sindicatos;
- III. cidadãos, em geral.

Representam partes legítimas para denunciar o descumprimento das prescrições estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público, aqueles que constam em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

62

Em dezembro de 2025, o Tribunal de Contas suspendeu cautelarmente o processo licitatório de objeto considerado essencial.

O Tribunal de Contas deverá se pronunciar definitivamente sobre o mérito da irregularidade que tenha dado causa à suspensão e definirá objetivamente as causas da ordem de suspensão. Além disso, deverá definir, em relação à suspensão

- (A) os indivíduos que serão prejudicados.
- (B) os recursos públicos que serão economizados.
- (C) a punição que será aplicada por seu descumprimento.
- (D) o modo como será garantido o atendimento do interesse público obstado.
- (E) as medidas que poderão ser adotadas para o seu cancelamento.

63

De acordo com a Lei 14.133/2021, as contratações públicas deverão ser submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação.

Além de estar subordinadas ao controle social, as contratações públicas estão sujeitas a três linhas de defesa.

O órgão central de controle interno da Administração e o Tribunal de Contas integram a

- (A) Primeira linha de defesa, junto com os servidores e empregados públicos.
- (B) Segunda linha de defesa, logo após os agentes de licitação.
- (C) Segunda linha de defesa, logo após os servidores e empregados públicos.
- (D) Terceira linha de defesa, logo após as autoridades que atuam na estrutura de governança da entidade.
- (E) Terceira linha de defesa, logo após as unidades de assessoramento jurídico e de controle interno da própria entidade.

64

Foi solicitada à Defensoria Pública do Estado de Goiás, informação sobre terceiros que exige tratamento de dados, que não representa competência da entidade.

De acordo com a Lei 18.025/2013, nesse caso, o pedido

- (A) não é atendido, e a entidade se exime de responsabilidade sobre ele, em qualquer caso.
- (B) é atendido e a entidade deve providenciar o tratamento dos dados ao requerente de modo gratuito.
- (C) é atendido e a entidade deve providenciar o tratamento dos dados ao requerente, mediante pagamento de taxa.
- (D) não é atendido, mas a entidade coloca a necessidade do requerente em pauta para a realização de aprimoramentos futuros.
- (E) não é atendido, mas a entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações ou a forma de consultá-las para que o requerente realize o tratamento de dados.

65

Uma pessoa jurídica apresentou um pedido de acesso a informações pessoais de terceiros a órgão integrante da administração direta do Poder Executivo.

De acordo com a Lei 18.025/2013, a identidade do requerente que consta do pedido de acesso a informações é

- (A) inacessível a terceiros.
- (B) restrita à ouvidoria setorial de cada órgão.
- (C) compartilhada a qualquer funcionário do órgão.
- (D) pública e pode ser acessada por meios eletrônicos.
- (E) comunicada, somente, àqueles que solicitaram a informação.

66

Uma informação relacionada a projeto de pesquisa foi solicitada à entidade do poder público responsável.

A informação é considerada parcialmente sigilosa.

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, nesse caso,

- (A) o acesso não é autorizado, uma vez que trata-se de assunto sensível.
- (B) o acesso é liberado de modo integral, após a assinatura de termo de confidencialidade.
- (C) é liberado o acesso à parte não sigilosa, de modo resumido, por meio de relatório, após a assinatura de termo de confidencialidade.
- (D) o acesso não é autorizado, se julgado que a parte sigilosa poderá ser deduzida através da parte não sigilosa.
- (E) é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

67

Um requerente teve o acesso solicitado a informações indeferido e negado por entidade do Poder Executivo Federal.

O requerente recorreu à Controladoria- Geral da União.

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, esta poderá deliberar, no prazo de cinco dias, caso

- (A) o acesso à informação classificada como sigilosa for negado.
- (B) estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos na Lei.
- (C) os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos na Lei foram plenamente observados.
- (D) a decisão de negativa de acesso à informação classificada como sigilosa indica a autoridade classificadora a quem pode ser dirigido pedido de acesso.
- (E) a decisão de negativa de acesso à informação considerada parcialmente sigilosa indica a autoridade hierarquicamente superior a quem pode ser dirigido pedido de desclassificação.

68

Uma informação cuja divulgação poderia colocar em risco a defesa e a soberania nacionais foi considerada imprescindível à segurança do Estado e, portanto, passível de classificação quanto ao grau e prazos de sigilo.

De acordo com a Lei 12.527/2011, o prazo máximo de restrição de acesso à informação, que vigora a partir da data de sua produção, é o seguinte:

- (A) dez anos, para informação secreta.
- (B) dez anos, para informação ultrassecreta.
- (C) vinte cinco anos, para informação secreta.
- (D) vinte cinco anos, para informação ultrassecreta.
- (E) cem anos, para informação ultrassecreta.

69

Um Tribunal de Contas Estadual foi composto por sete conselheiros. Destes, quatro foram escolhidos pela Assembléia Legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual. Estes três foram indicados dentre auditores, de modo que não havia membros do Ministério Público.

De acordo com a Súmula 653 do Supremo Tribunal Federal, o procedimento está incorreto, uma vez que,

- (A) o Tribunal de Contas Estadual deve ser composto por nove conselheiros.
- (B) a Assembléia Legislativa deve indicar cinco conselheiros.
- (C) o chefe do Poder Executivo estadual deve indicar quatro conselheiros.
- (D) pelo menos um dos indicados pelo chefe do Poder Executivo estadual deve ser membro do Ministério Público.
- (E) não pode haver auditores dentre os indicados pelo chefe do Poder Executivo estadual.

70

De acordo com a Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições pode

- (A) julgar criminalmente gestores que praticam irregularidades.
- (B) criar normas que estimulam a transparência e prestação de contas.
- (C) executar, judicialmente valores julgados como devidos ao erário.
- (D) apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
- (E) administrar recursos e gerir programas públicos dentro de seu escopo.

Prova discursiva

1

Em 2025, um analista identificou a abertura dos seguintes créditos adicionais:

- R\$ 50.000 para o pagamento de compra de remédios em hospitais públicos, uma vez que o valor, inicialmente previsto e autorizado na Lei Orçamentária Anual, foi insuficiente.
- R\$ 70.000 para o pagamento de despesas emergenciais do hospital, para ala que foi destruída por meio de chuvas intensas no local, e que impedia o atendimento aos pacientes.
- R\$ 100.000 para a modernização e a expansão do prédio em que se encontrava o hospital e para a qual não havia dotação.

Dito isso, discorra sobre o seguinte:

1-De acordo com a Lei 4.320/64, identifique e explique o tipo de crédito adicional descrito nas três situações.

2-Explique quando e como o crédito adicional pode ser aberto sem a autorização prévia do Poder Legislativo.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

2

Em 01/07/2025, uma entidade adquiriu, de terceiros, a patente de um novo medicamento por R\$ 50.000. Na data, a entidade estimou que o valor justo da patente era de R\$ 60.000. Ainda, incorreu em custos diretamente atribuíveis, para que a patente tivesse condições de ser utilizada efetivamente na preparação do novo medicamento, de R\$ 8.000.

Além disso, a patente tem vida útil econômica de 20 anos. No entanto, a entidade estima que somente poderá explorar comercialmente o medicamento durante 10 anos. Além disso, não considera valor residual após esse período.

Considerando que a entidade utiliza o método da linha reta para amortizar os seus ativos intangíveis, responda às seguintes perguntas:

- 1- Qual deve ser o valor contábil utilizado para a realização do cálculo da despesa de amortização?**
- 2- Qual deve ser a vida útil utilizada para a realização do cálculo da despesa de amortização?**
- 3- Qual é a despesa de amortização anual da patente?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

